

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A CONTRARREFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO E OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: a Lei 13.415/2017 em questão

André Monteiro Moraes¹

Maria Aparecida da Silva Izídio²

Iara Patrícia Ferreira de Sousa³

Ruth Conserva Andrade⁴

RESUMO

O presente trabalho, fruto de inquietações em torno do novo cenário posto à educação nacional e dos anseios postos aos desafios profissionais de cada pesquisador buscaram procurar desvendar o que está por trás dessa reforma do ensino médio, materializada na Lei nº 13.415/2017, tentada pela nomenclatura de Novo Ensino Médio. Parte de uma pesquisa bibliográfica e documental com base nos aportes teóricos, técnicos e jurídicos legais que fundamentam o processo de implementação e estrutura curricular com a lei em questão e objetiva justificar que a dinâmica desse processo não inova para a melhoria da qualidade da educação, o currículo não possibilita a autonomia do estudante, principalmente, nos anos finais de sua formação básica e as bases estruturais do processo de ensino-aprendizagem não são levadas em consideração. As mudanças atuais no Novo Ensino Médio têm trazido os ranços ideológicos, políticos, econômicos e sociais de uma formação dual que perpetua a desigualdade dentro e fora do espaço escolar, sendo assim considerada por nós como uma contrarreforma.

Palavras-chave: Contrarreforma 1; Educação 2. Novo Ensino Médio 3.

ABSTRACT

The present work, the result of concerns about the new scenario posed to national education and the aspirations posed to the professional challenges of each researcher, sought to unravel what is behind this reform of secondary education, materialized in Law nº 13.415/2017, attempted by the nomenclature of New High School. Part of a bibliographical and documentary research based on theoretical, technical and legal contributions that underlie the implementation process and curricular structure with the law in question and aims to justify that the dynamics of this process does not innovate for the

¹ Doutorando em Educação (UFRN), Mestre e Bacharel em Serviço Social (UEPB). E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

² Mestra em Letras (UPE), Graduada em Letras (FAFOPAI). E-mail: aparecidaizidio01@gmail.com

³ Mestranda em Ensino de Biologia (UFPB), Graduada em Ciências Biológicas (UFCEG). E-mail: profiarapatricia@gmail.com

⁴ Mestranda em Serviço Social (UEPB), Graduada em Serviço Social (UEPB): E-mail: ruthconservaandrade@hotmail.com

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



improvement of the quality of education, the the curriculum does not allow student autonomy, especially in the final years of their basic education, and the structural bases of the teaching-learning process are not taken into account. The current changes in the New Secondary School have brought the ideological, political, economic and social traces of a dual formation that perpetuates inequality inside and outside the school space, thus being considered by us as a counter-reform.

Keywords: Counter-reformation 1. Education 2. New high school 3.

1 INTRODUÇÃO

Sob as condições de crise estrutural do capital, avançam de forma destrutiva seus constituintes estabelecendo tensões entre classes sociais divergentes. Para permanecer no poder, este sistema se reinventa e provoca ajustes estruturais capazes de afetar diretamente a democracia (em seus mais variados direitos sociais).

É neste contexto que a educação brasileira vem enfrentando um de seus maiores desafios; as [contra] reformas. O Novo Ensino Médio, materializado na Lei n. Lei 13.415/2017, instituído pós-golpe de Dilma Rousseff, tem se configurado como uma das principais marcas do modelo [ultra]neoliberal sobre o sistema educacional brasileiro. Seus desdobramentos, ao nosso ver, têm favorecido um retrocesso no âmbito dos direitos sociais, da política de educação e da possibilidade de acesso e permanência do aluno à Educação Básica, em especial ao Ensino Médio.

A nossa base metodológica está fundamentada em referenciais teóricos epistemologicamente respaldados a partir dos princípios do materialismo histórico dialético, por tratar de uma pesquisa, também documental, objetivamos [re]conhecer o que está por trás da contrarreforma do ensino médio com a lei do novo ensino médio.

Até o momento, comungamos com a ideia de que as mudanças atuais no Novo Ensino Médio têm trazido os ranços ideológicos, políticos, econômicos e sociais de uma formação dual que perpetua a desigualdade dentro e fora do espaço escola, e que, é necessário o enfrentamento coletivo aos desafios posto ao novo modelo de educação imposto à classe trabalhadora.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



2 A CONTRARREFORMA DO ESTADO E OS REBATIMENTOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Em meados de 1970, o Estado sofreu modificações, em um contexto de crise do capital, que reconfigurou o seu papel, resultando em consequências graves no âmbito das políticas sociais, afetando principalmente o seu público usuário: a classe trabalhadora.

O caráter reacionário da burguesia, em meio a crise estrutural do capital, disseminou tendências a longo prazo, presentes na lei do valor (MANDEL, 1982), que possibilitou o capitalismo se reinventar, após o rompimento do modelo de produção Keynesiano - fordista, utilizando a estratégia da superprodução do capital e a redução da taxa de lucro para os operários.

Para reconstituir suas bases para um novo processo de acumulação, o capital deve encontrar espaços de valorização para esse capital acumulado em excesso. O capitalismo contemporâneo foi historicamente constituído precisamente em função da resposta que o modo de produção capitalista encontrou para sua crise estrutural dos anos 1960/1970. Essa resposta incluiu: reestruturação produtiva; reformas estruturais nos mercados de trabalho; aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico; expansão dos mercados e a mudança da lógica de acumulação do capital. (CARCANHOLO, 2018, p. 25).

O pacto keynesiano-fordista, garantia o pleno emprego e um conjunto de políticas sociais de desenho socialdemocrata. Após o a crise do capital, as mudanças de reformulação sob o contexto do capital financeiro e o processo de reestruturação produtiva e desregulamentação, o Estado passou a operar um conjunto de contrar-reformas, em nível mundial, para contornar a crise do capital, que comprometeu os direitos da classe trabalhadora, atuando sob a égide neoliberal, propondo uma atuação maior para atender os interesses do capital financeiro, a tendência tem sido a da focalização, privatização e descentralização das políticas sociais (SOUZA, 2009).

Dentre as políticas sociais atingidas pelo [ultra]neoliberalismo, na contemporaneidade, a Política de Educação sofre as influências do mercado,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



priorizando uma educação mercadológica, em detrimento da efetivação da educação voltada para o exercício da cidadania. (PIANA, 2009).

Os impactos [ultra]neoliberais, na perspectiva da expropriação de direitos, impuseram novos desafios para além da educação mercadológica, comprometendo a criticidade da população e desvalorizando o conhecimento, da educação básica ao ensino superior. A reforma do ensino médio, propõe a flexibilização dos currículos, de acordo com as áreas de conhecimento específicas, usando a justificativa de adequar os conteúdos para facilitar a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, limitando a informação do conteúdo técnico.

O Brasil, ao afirmar seu compromisso estatal com as agendas neoliberais, em 1990, passa a assinar a proposta de diminuição do Estado, a flexibilização das políticas sociais e o acesso da iniciativa privada, com o viés puramente mercadológico, aos serviços públicos.

Reconfigura-se, então, a desregulamentação da máquina pública sob o julgo do enxugamento dos “gastos” públicos, fazendo com que o Estado adotasse uma postura de gestão das corporações da iniciativa privada incentivando práticas governamentais que favorecessem a lógica do discurso da meritocracia (CÓSSIO, et. al. 2018).

Para a educação, segundo Neves (2000), as ações de poder neoliberal se dividiram entre o resgate da dívida pública e o aumento da competitividade da produtividade nacional. Assim, a educação passa a se adequar às reformas do Estado Nacional.

Para os anos finais da Educação Básica, as reformas educacionais mais consistentes e afins à lógica do Estado-Mínimo estão no Novo Ensino Médio, materializado na Lei 13.415/2017. Amparada à essa lógica, a reforma do ensino médio tem nas Diretrizes Nacionais Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais o Ensino Médio (PCNEM) a pauta do currículo para as competências à formação humana relegando aos sujeitos a responsabilidade pelo seu “sucesso” no espaço escolar, que por sua vez, passa a ser considerada a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



instância privilegiada para atender às demandas da formação para mercado de trabalho (SILVA, 2012).

3 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE INSERÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

O Novo Ensino Médio tem provocado mudanças significativas indo da ampliação da carga horária às mudanças no currículo e vêm sendo debatidas pelo Ministério da Educação (MEC) e por toda a comunidade envolvida nessa área.

Sendo o ensino médio a etapa final da educação básica, de acordo com o artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB), a mesma prima por

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

É nítida a preocupação para uma preparação eficaz do educando em torno do mercado de trabalho, no entanto, o que acontece na prática não está em total “simbiose” com os documentos e leis que regem toda a organização curricular da etapa escolar supracitada, pois, ele remete uma atenção voltada para a formação do indivíduo dentro do seu processo intelectual e sua criticidade de pensamento e não somente profissional.

Essa atenção direcionada para o mercado de trabalho é uma preocupação que vem sendo discutida desde os anos 90. Para Silva (2018), a reforma do ensino médio tem atenção exclusiva para as competências e habilidades que prepara os estudantes para as demandas do trabalho e deixa uma lacuna na formação integral que garantem a capacidade de autonomia em outras áreas de relevância social.

A Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017) designou uma nova composição como parte do currículo onde destina um total de 1.800 horas à Base Nacional Comum Curricular

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

(BNCC), e outra parte compondo os itinerários formativos em uma configuração de cinco arranjos curriculares. O intuito é a flexibilização do currículo do ensino médio tendo como pretensão a escolha dos estudantes sobre um desses percursos formativos, a depender da oferta dos sistemas de ensino.

A reforma do novo ensino médio é uma proposta que deixa um questionamento em meio a seu direcionamento, afinal o Ensino Médio está em apuros? Cabe refletir sobre essa pergunta uma vez que essa é a compreensão percebida de que o ensino médio está em decadência e, por sua vez, precisa ser mudado. Entre essas percepções temos em Leão (2018, p.2), ao relatar que “parece haver um consenso construído socialmente em torno da ideia de que ‘reformular o ensino médio é urgente’”.

Essa ideia de mudança é respaldada por uma necessidade do mundo capitalista em formar mão de obra qualificada, mas que de forma imediata, deixando de atender uma demanda de qualificação com maior embasamento na formação de profissionais especialistas capazes de atender as mais diversas áreas.

A configuração do ensino médio tomou proporções bastante discrepantes e que preocupam aqueles que precisam e acreditam no poder transformador da educação. Para nós, é pertinente o que defendem Moura & Benachio (2021), consideram uma crítica

à baixa qualidade dessa etapa da educação básica e de sua estrutura, considerada exaustiva e desinteressante ao estudante, buscou flexibilizá-la através da criação de cinco áreas de aprofundamento denominadas itinerários formativos. Defende-se, com isso, o protagonismo do estudante e a possibilidade de escolha dentre as áreas do conhecimento disponíveis. Essa possibilidade de escolha, entretanto, distancia-se da realidade uma vez que o próprio arcabouço legal da reforma condiciona essa oferta às condições concretas e critérios das instituições e redes de ensino[...]. Entendemos que essa flexibilização fragmenta a formação do estudante, pois ao limitar a carga horária para a formação geral, restringe o acesso à construção de conhecimentos de disciplinas consideradas importantes para a formação plena do indivíduo. Em contrapartida, privilegia a carga horária para a parte flexível onde o estudante terá uma formação específica, podendo, conforme sua organização, não contemplar uma formação mais abrangente e integrada (MOURA & BENACHIO, 2021).

Dessa forma, fica claro perceber que a educação está sendo manipulada por uma “cúpula” de pessoas interessadas em atender uma demanda imposta pelo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sistema capitalista que se limita a formar pessoas para o mercado de trabalho, sendo insuficiente o que de fato seria a premissa da educação básica e sua importância para a formação do cidadão.

Se faz necessário uma atenção redobrada em torno das discussões de possíveis adequações do ensino médio em que possa pensar além da formação profissional, mas, acima de tudo na formação plena que é direito de todo e qualquer cidadão. Esta reforma tem tentáculos vastos que perpassam a formação básica, infraestrutura, formação continuada, condições de trabalho e valorização profissional.

3.1 A defesa da Reforma do Ensino Médio a partir do aporte legal da LDB, da BNCC e DCNEM: o que está em jogo nessa pseudoformação?

Como pressuposto para a defesa da “contrarreforma” do Ensino Médio, principalmente no que diz respeito à formação, partiremos do trecho da Lei nº 13.415/2017 que traz em seu texto base que os professores do eixo itinerário “formação técnica e profissional” podem ser “profissionais de notório saber” apresentando, já de cara, uma dualidade entre o que se propõe enquanto qualificação e o que se reflete sobre qualidade do ensino.

O profissional de notório saber, geralmente, terá outro vínculo empregatício e tratará, possivelmente, a educação como um “bico”, sem muita responsabilização com seu resultado para o estudante ou para a instituição, pois o perfil de educador para a integralidade proposta em muitos documentos referenciais parece divergir do perfil que a proposta traz.

O professor da educação básica vê-se no cerne das mudanças e da desvalorização profissional, a falta de qualificação profissional o empobrece e acaba por gerar prejuízos à qualidade do ensino. Assim, a atividade docente torna-se limitada e limitante tendo em vista a precariedade histórico-estrutural, para o qual a atividade docente – como corolário – é reduzida à mera instrução (SHIROMA; LIMA FILHO, 2011).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Esse modelo determinado pela Lei nº 13.415/2017 subsidia a nova reforma do Ensino Médio, porém sem condicionalidades determinantes para mudanças efetivas. A “contrarreforma” do ensino médio propõe que os estudantes concluintes da educação básica de qualquer modalidade e etapa escolar sejam capazes, de fazer escolhas que sirvam de subsídios para o ingresso em cursos de graduação e pós-graduação como continuidade do percurso educativo escolhido por ele no ensino médio. Pressupõe-se, assim, que haja uma articulação entre os conteúdos ofertados na educação básica do Ensino Médio com os cursos superiores.

No entanto, levando em consideração as dificuldades encontradas no processo de formação inicial e continuada dos professores, a visão que, primeiramente, tem-se é de que o professor encontrará grandes dificuldades para conseguir inserir-se nesses novos contextos que tem como intuito precarizar a educação e inserir, precocemente, o jovem no mercado de trabalho sem condições mínimas de atuação e obtenção de sucesso, sendo evidente, com essa “reforma”, a desvalorização do fazer-saber docente, pois com a implantação da reforma, precariza-se o ensino e anula-se as perspectivas de uma formação humana integral para os jovens da classe trabalhadora, estudantes das escolas públicas brasileiras (MOURA, LIMA FILHO, 2017)).

Ao analisarmos o texto da Lei nº 13.415/2017, é possível inferir um movimento em direção a uma proposta de formação mais delimitada, contrapondo o caráter mais abrangente promovido pela LDB de 1996, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelas Diretrizes Curriculares Nacional do Ensino Médio (DNCEM). Embora a Lei de 2017 proponha, inicialmente, que os currículos considerem a formação integral do aluno, determinadas áreas do saber (Lê-se: linguagens e matemática, principalmente) permanecem mais valorizados do que os demais, havendo, com isso, maior estímulo à determinadas áreas.

De acordo com o Art. 35-A da Lei, nº 13.415/2017, § 7º

Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. (BRASIL, 2017)

No Art. 4º da mesma lei, há a determinação da alteração do texto original do Art. 36 da Lei nº 9.394/1996, passando a vigorar a seguinte redação:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017)

Aqui tem-se a ideia de que houve uma ampliação do texto da LDB para melhoria no ensino e autonomia do estudante, fato negado logo no §8º do Art. 35-A da Lei nº 13.415/2017, no qual discrimina-se quais as expectativas que o aluno do ensino médio deve cumprir para que seja considerado “integralmente formado”:

§ 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (BRASIL, 2017)

Nota-se uma redução nas habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes em detrimento ao que versava as DCNEM e o que versa a BNCC, não sendo possível dizer que houve avanços, mas sim, delimitações das possibilidades de aprendizagem e, conseqüentemente, menor qualificação para atuar no mercado de trabalho.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O que está envolto nesse processo reformista soma-se à política curricular o caráter de promoção de uma “renovação conservadora” no âmbito educacional afinada aos preceitos da flexibilidade e do individualismo. A noção de competência é

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



o que tomado a centralidade nas orientações curriculares no novo ensino médio e tem como avaliação dessas competências indicadores de desempenhos (RAMOS & FRIGOTTO, 2017).

A Contarreforma do Ensino Médio promove mudanças de ordem estrutural e conceitual. Nesse sentido, a proposta [ultra]neoliberal nas políticas sociais, retrocedem as conquistas democráticas e cidadãs efetivadas que corroboram para uma educação mercadológica, classista e acrítica. Este modelo de educação tem por finalidade ajustar a educação aos desígnios do capitalismo, busca formar mão de obra dócil e barata (HERMIDA & LIRA, 2018).

Todo esse processo versa em torno da privatização da educação pública, como uma das estratégias para a superação das crises do capital que anseia novas formas de acumulação. Em sintonia resvela-se a tentativa da BNCC para homogeneizar o currículo escolar sem acionar os principais agentes no âmbito da educação básica e do ensino médio; os professores [e alunos].

Conforme Neta, Cardoso & Nunes (2018), esse processo de reforma, sem a viabilização das massas populares e de quem está no chão da escola, acontece de forma autoritária, arbitrária e verticalizadora, é fruto de governos neoliberais e tem na escola a formação dos sujeitos resilientes para o mercado. Tem-se percebido que a esfera privada no interior da educação pública reduz o conceito das escolas, investe na deprofissionalização dos educadores atrelando, inclusive, conceitos de qualidade empresarial ferindo o princípio de Gestão Democrática.

Por isso, que nos moldes atuais essa contarreforma não possibilita nenhum avanço. Para Dermeval Saviani essa “reforma retrocede à década de 1940, com as Reformas Capanema”, quando o ensino médio foi dividido destinando formação específica às elites e ao povo conduzido (HERMINA & LIRA, 2018).

Saviani (2020) saliente alguns pontos negativos que essa reforma evoca, já sinalizados desde o Fórum Nacional de Educação de 2016, acerca das questões basilares como: as condições de infraestrutura das escolas; a profissionalização dos profissionais da educação; o empobrecimento da formação com o intuito de reduzir

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



custos e precarizar o trabalho docente; a presença do setor produtivo no campo itinerário “formação técnica e profissional”; vilipêndia a formação docente ao cristalizar a atuação de profissionais com “notório saber”; o salto no escuro com a substituição de disciplinas pelo “itinerários formativos”; estabelece o acesso ao apoio financeiro viabilizando àqueles que atendam às condições previstas e a transferência de recursos definida por ato ministerial; além de silenciar a relação à forma que se garantirá o direito de acesso à Educação Básica de milhões de jovens que estudam e trabalham.

Até aqui, sinalizamos situações que nos permitem realocar o título dessa seção por acharmos que é inviável tentar finalizar uma situação corrente que carece de maior visibilidade. Não vamos fazer considerações finais, mas atentar nesse ensaio teórico para encarar o estudo como continuidade daquilo que está posto, mas não definitivo, pois o processo histórico é mutável e o capital se reinventa a todo instante.

Entretanto, consideramos as possibilidades de lutas necessárias contrárias ao Novo Ensino Médio, a nossa defesa é em prol do homem e de suas relações para além do capital. O horizonte imediato que nos espera é retomar os espaços públicos e coletivos em prol da educação pública universal, gratuita, laica, politécnica, integrada e de qualidade. Não podemos aceitar que essa estratégia antidemocrática faça parte do cenário educacional brasileiro sem nenhum tipo de resistência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 20 de jun., 2023.

CARCANHOLO, M. D. **A Crise do Capitalismo dependente brasileiro.** In: **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público.** Org: MACÁRIO, Epitácio et al, Fortaleza: EDUECE; BAURU: Canal 6, 2018.

CISLAGHI, Juliana Fiuza et al. **Não é uma crise, é um projeto: a Política de Educação do Governo Bolsonaro.** In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais- CBAS, 16, 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/764> Acesso em 05 de junho de 2023.

COSSIO, M. de F. [et. al]. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ANÁLISE DE CONTEXTO.** In: BAIRROS, Mariângela Silveira; MARCHAND, Patrícia (org.) **Ensino Médio: desafios e contradições.** Porto Alegre: Cirkula, 2020. P. 99-121.

HERMIDA, J. F.; LIRA, J. S. **Políticas educacionais e tempos de golpe: entrevista com Dermival Saviani.** Edu. Soc. Campinas, v. 39, n. 144, p. 779-794, jul./set., 2018.

LEÃO, G. **O que os jovens podem esperar da Reforma do Ensino Médio?** Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 134, 2018.

MANDEL, E. **O Estado na Fase do Capitalismo Tardio.** In: **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 333 a 350. Os Economistas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO.** [DOCUMENTO BASE]. BRASÍLIA, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: dez. 2021.

MOURA, D.H; BENACHIO, E.C. **Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico.** Trabalho necessário.UFF, V.19, nº 39, 2021 (maio-agosto). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479/29251>. Acesso em: 20 Jun, 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L. **A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais.** Rev. Retratos da Escola, Brasília, v. 11. N. 20, p. 109-129, jun./jul. 2017.

NETA, A. A. C.; CARDOSO, B. L. C.; NUNES, C. P. **Reformas educacionais no contexto pós-golpe de 2016.** Educação em debate, Fortaleza, ano 40, n. 77, set./dez., 2018.

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio. **“Resistir é preciso, fazer não é preciso”:** as contrarreformas do ensino médio no Brasil. Cadernos de Pesquisa em Educação. – PPGE/ES. Vitória, ES, a. 14, v. 19, n. 46, p. 26-47, jul./dez., 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência.** Roteiro, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez., 2020.

SHIROMA, E. O.; LIMA FILHO, D. L. **Trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica e no PROEJA.** Educação & Sociedade, v. 32, p. 725-743, 2011.

SILVA, M. R. **A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso.** Educação em Revista, Belo Horizonte/MG, v. 34, e214130, 2018.

SILVA, Mônica R. **Currículo e Competências: a Formação Administrada.** São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, S. G. **Capital Portador de Juros e Programas de Transferência de Renda: monetarização das políticas sociais e contra reforma.** Revista de Políticas Públicas, vol. 13, n. 2, p. 173- 181, São Luís, julho- dezembro, 2009.

PROMOÇÃO



APOIO

